



## A COMPREENSÃO DE CURRÍCULO E O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

*Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar  
Patricia Helena Carvalho Holanda*

### Introdução

Estudar, pesquisar, conhecer sobre currículo, ações que se fazem necessárias para melhor desenvolvê-lo. Estudo esse que tem tido um especial enfoque nas últimas décadas, destacando-se como relevante a necessidade da avaliação curricular, é fator que se faz presente na educação, pois é vivenciado nas escolas por seus pares. Partindo do pressuposto de que as condições de desenvolvimento de um currículo escolar só poderão ser entendidas de fato se buscadas em conjunto, infere-se que, necessitam serem avaliadas num contexto para que assim possam ser compreendidas.

Com estas expectativas realizou-se no período de estudos das disciplinas do mestrado, especificamente, na disciplina de Avaliação Curricular, uma pesquisa piloto ou pré-teste em uma Escola Municipal da zona sudeste de Teresina – PI, definindo-se como sujeitos, três professoras de 5º ano do Ensino Fundamental. Foi proposto aos sujeitos que avaliassem o desenvolvimento do currículo escolar da escola em que trabalham, a partir de alguns aspectos curriculares que o compõem.

Pressupõe-se ser este um estudo de relevância ao âmbito educacional, é um tema a ser discutido, em busca de maior compreensão. As práticas curriculares utilizadas precisam ser conhecidas e compreendidas, o que pode ser possibilitado com a integração da avaliação curricular, como instrumento que favorece uma investigação sistemática, a análise e tomada de decisão a partir de juízo de valor, tendo em vista a qualidade educacional.



### Objetivo Geral

Conhecer significações do desenvolvimento de um currículo escolar a partir de avaliação realizada por professoras em relação ao currículo desenvolvido nas escolas em que estas trabalham.

### Metodologia

Com base nas premissas anteriormente citadas, optou-se por realizar no primeiro semestre de 2007, um estudo focando a percepção avaliativa que envolve o desenvolvimento curricular em uma Escola Municipal da zona sudeste de Teresina – PI. A abordagem metodológica correspondeu a uma pesquisa piloto ou pré teste, pois conforme dispõe Lakatos (2001), após a conclusão das etapas de um projeto, a pesquisa piloto tem como principal função “testar o instrumento de coleta de dados” com a intenção de posteriormente melhor conduzir a investigação definitiva.

No intuito de conhecer as significações do desenvolvimento do currículo da escola pesquisada, definiu-se como sujeitos<sup>1</sup>, três professoras de 5º ano do Ensino Fundamental, solicitando-lhes que avaliassem a partir de depoimento escrito a seguinte proposta – Como você avalia o currículo desenvolvido na escola em que você trabalha?

Enfatizou-se aos sujeitos que, alguns aspectos poderiam ser contemplados: Proposta da Secretaria Municipal de Educação de Teresina, objetivos, metodologia, avaliação, dentre outros que considerassem importantes.

Após aplicação do instrumento de coleta de dados, procedeu-se a análise documental da proposta curricular existente na escola, para viabilizar maior compreensão dos depoimentos recebidos dos professores, visto que na expressão de Lüdke e André (1996), os documentos podem proporcionar esta qualidade às investigações. Através de diálogo informal com a pedagoga da escola foi possível conhecer mais sobre a prática curri-



cular e avaliação realizada por professoras da escola quanto ao desenvolvimento do currículo empregado pela mesma. Buscou-se também conhecer a versão de uma técnica da secretaria municipal sobre a Proposta Curricular, nesse sentido utilizou-se a aplicação de entrevista por telefone, obtendo-se esclarecimentos sobre a mesma.

A discussão teórica será articulada à análise dos resultados, sendo apresentada de forma paralela. As professoras serão identificadas pela letra P, acompanhada de números (1, 2 e 3). A pedagoga será identificada pela própria função. Aspectos contemplados na proposta curricular da escola serão identificados como PC.

Os dados coletados a partir das descrições colhidas nos depoimentos foram distribuídas em categorias, a saber: proposta da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina – SEMEC, Objetivos, Metodologia e Avaliação, posteriormente analisadas e interpretadas à luz da abordagem qualitativa dos dados. Conforme Bogdan e Biklen (1994, p.47) a abordagem qualitativa permite “[...] envolver a obtenção de dados descritivos [...] e, preocupa-se em retratar a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, dando importância relevante ao seu significado [...]”. Neste sentido os dados foram confrontados com aspectos encontrados na proposta curricular, opinião da pedagoga, posição da técnica da secretaria municipal, e/ou com opiniões de estudiosos da área de currículo, formação de professores e avaliação curricular.

### Contextualização Teórica e Discussão dos Resultados

Para vislumbrarmos o tema currículo reportemo-nos mentalmente a um espaço educacional, espaço de convivência, trocas, manifestações, anseios e descobertas, dentre outras características que podem vir a contribuir com a construção do conhecimento de homens e mulheres, para Sacristán (2000), é



na prática escolar que pode ser observado num dado momento histórico, usos, tradições, técnicas e perspectivas dominantes em torno da realidade de um currículo em desenvolvimento. Constitui-se assim, o currículo como uma função socializadora da escola.

É fato presente e histórico que, as relações de poder refletem-se nas teorias curriculares, Cardoso (1987) compreende currículo como os objetivos a atingir, reporta-se às necessidades educativas e engloba atividades, métodos e meios de ensino-aprendizagem, não deixando de fora sequer os próprios processos de avaliação dos alunos. Enfatiza ainda o currículo oculto, caracterizando-o como imprevisível, inesperado e não consciente. Nesse sentido, o desenvolvimento curricular se articula a ação educativa, a todos os níveis e todos os planos.

Constitui uma prática complexa, e por isso merecedora de avaliação, na medida em que, “A sua concretização é um processo flexível que requer, nos diversos níveis, interpretações de cada contexto de trabalho, consideração dos recursos disponíveis e tomada de decisão apropriadas” (ALVES, 2001, p.56). A avaliação curricular permitirá conhecer os entraves e buscar medidas adequadas para reverter situações indesejáveis e /ou contrárias aos objetivos /habilidades /metas previstas.

O currículo pode ser analisado a partir de cinco âmbitos formalmente diferenciados,

- O ponto de vista sobre sua função social como ponte entre a sociedade e a escola;
- Projeto ou plano educativo, pretensão ou real, composto de diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc.;
- Fala-se do currículo como a expressão formal e material desse projeto que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas seqüências para abordá-lo, etc.;



- Referem-se ao currículo os que o entendem como um campo prático. Entendê-lo assim supõe a possibilidade de: 1) analisar os processos instrutivos e a realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; 2) estudá-lo como território de interseção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas; 3) sustentar o discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação.
- Referem-se a ele em os que exercem um tipo de atividade discursiva acadêmica e pesquisadores sobre todos esses temas. (SACRISTÁN, 2000, p.14 /15).

O contexto escolar investigado, assim como a representatividade dos sistemas escolares, apresenta-se no âmbito da função social, desenvolver-se-á por tradição a partir da instrumentalização concreta, segundo suas concepções e orientações filosóficas, sociais e pedagógicas, características singulares podem aparecer, visto que o currículo não é abstrato, e deve ser construído em torno das relações sociais no contexto de suas práticas.

No que concerne a instrumentalização concreta do currículo escolar desta Escola Municipal de Teresina - Pi, infere-se a presença da função social no contexto de suas práticas, percebeu-se também através dos depoimentos que, há uma dependência em relação à Secretaria Municipal de Educação, pois o currículo escolar deve estar relacionado à proposta da mesma, o que na opinião da professora P.3, *“não significa que a escola não tenha autonomia para diversificar a sua proposta educacional, isto é, cada escola depende da gestão e das experiências de cada aluno, para colocar em prática medidas cabíveis para o seu desenvolvimento”*.

A avaliação do currículo constitui importante mecanismo no desenvolvimento da função social, possibilita adentrar



e compreender no âmbito do plano educativo real, quanto ao pretendido, forma de aproximação e conhecimento que podem contribuir com o desenvolvimento curricular – O que somos? O que temos? O que pretendemos? O que fazemos? Como fazemos?

Nesse sentido uma avaliação curricular deve buscar a compreensão dos elementos que constituem o currículo – Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso, Regimento Interno, dentre outros. Constituirá significância à formação contínua de profissionalização de professores /as no desenvolvimento do trabalho pedagógico que necessariamente deve contemplar três aspectos: planejar, aplicar, avaliar.

No livro “Teorias do Currículo: uma introdução científica”, Silva (2000), diz que a questão central correspondente a qualquer teoria do currículo vai estar voltada para: que conhecimento deve ser ensinado (o quê?), nesse sentido e na concepção do autor, “as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade”. Como um currículo tem como intenção modificar as pessoas, segundo determinadas pretensões, uma outra pergunta surgirá – que tipo de homem deve corresponder a determinado tipo de sociedade? Assim “o currículo é também uma questão de identidade”. Para o autor,

“É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso “teorias” neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder” (SILVA, 2000, p.15).

Partindo da avaliação do currículo desenvolvido na escola citada, através dos depoimentos de três professores investiga-



das, foi possível perceber em maior quantidade a preocupação com o quê, bem mais que — qual tipo de homem se deseja para uma determinada sociedade. O instrumento aplicado destacava quatro aspectos: Proposta da Secretaria Municipal de Educação de Teresina, Objetivos, Metodologia e Avaliação; ficou aberto para avaliação de outros aspectos que pudessem ser considerados importantes pelos professores e passíveis de avaliação, no entanto os professores avaliaram apenas os quatro aspectos apresentados. Os aspectos avaliados constituíram-se em categorias de análise e interpretação de resultados.

No que concerne à categoria “Proposta da Secretaria Municipal de Educação de Teresina”, conforme depoimentos das três professoras pesquisadas, duas dizem não ter conhecimento do currículo escolar, enquanto uma cita não ter conhecimento suficiente. Apresenta-se a íntegra dos depoimentos:

P.1. “Não conheço a atual proposta da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), para o Ensino Fundamental. A proposta a qual tenho conhecimento é a elaborada no ano de 1995. Na maioria das vezes sigo a proposta do livro didático, que está além do nível de aprendizagem de alguns alunos”;

P.2. “Na escola em que trabalho, nós não tivemos conhecimento suficiente da Proposta Curricular do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Dessa proposta conhecemos apenas as habilidades, que nos é repassada pela pedagoga”;

P.3. “O currículo da escola não tenho conhecimento, mas o que posso afirmar, que é bastante importante para qualquer escola, pois abrange aspectos relevantes para o processo de ensino-aprendizagem, como também para o desempenho da escola em geral”.

As afirmações apresentadas quanto a falta de conhecimento da Proposta Curricular da escola, puderam ser confir-



mas num diálogo informal com a pedagoga da escola, esta esclarece que, a SEMEC organizou uma equipe de profissionais (professores, pedagogos, diretores e especialistas) para discussão do tema currículo com a intenção de refazer a Proposta Curricular estabelecida no ano de 1995. Após várias discussões e definições, foi elaborado um documento preliminar que foi encaminhado para as escolas no sentido de serem analisados por suas representações. O retorno do documento à secretaria possibilitou nova articulação e elaboração do documento final, sendo que todas as escolas receberam uma versão deste documento em cd, no entanto ainda não houve de fato uma divulgação, embora os pedagogos e pedagogas estejam orientados a começarem a implementação da mesma, mas oficialmente isso ainda não aconteceu. Nesta Escola Municipal, a pedagoga diz que os professores já trabalham com as habilidades da nova proposta, mas que ainda não foi possível trabalhar com o grupo a proposta de maneira geral.

Tendo a visão das professoras e pedagoga da escola, tornou-se conveniente o confronto dos dados na perspectiva da SEMEC. Contactou-se por telefone com a técnica da secretaria, chefe da Supervisão Escolar da SEMEC, questionando-se sobre a elaboração e implementação da nova proposta curricular da rede municipal de ensino de Teresina. De acordo com a técnica, a elaboração da proposta curricular iniciou-se em 2001 a partir dos estudos dos Parâmetros Curriculares em Ação, realizados nos grupos de formação continuada da secretaria, foi realizado um levantamento de conteúdos e habilidades nas escolas. Um segundo momento destina-se a elaboração da proposta, foram envolvidas 29 escolas e o grupo de formação da secretaria, constituindo um grupo piloto para elaboração e validação da proposta. Após a validação a secretaria encaminhou uma minuta do documento a todas as escolas na pretensão de que esta fosse discutida e avaliada. No início do ano de 2007 todas as escolas receberam um cd com a proposta inicial, e embora ainda



não tenha sido implementada oficialmente, algumas escolas já a desenvolvem. No momento a proposta passa por uma revisão final, com previsão de divulgação para o segundo semestre do ano de 2007. Objetivo vislumbrado “a construção de uma diretriz curricular pautada em uma reflexão sobre a escola cidadã, currículo e suas práticas pedagógicas”. Neste sentido a elaboração da proposta foi idealizada: conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, no sentido de aproximar as Diretrizes Nacionais ao projeto educativo da escola.

A análise do documento referente à proposta curricular a ser implementada permite perceber que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura visando atender às mais recentes mudanças indicadas pela lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, tendo ainda como documentos norteadores os PCN e o Parecer 4 /98, propõe “uma diretriz curricular comprometida com os anseios do aluno, capaz de traduzir a pluralidade cultural, os saberes internos, as tendências e práticas sociais da realidade a que se destina”. Como fundamentação dos propósitos e fins do Projeto Curricular enfatiza as teorias de Piaget (Epistemologia Genética), de Vygotsky (Sócio-interacionismo) e a de Ausubel (Aprendizagem Significativa), nesse sentido o currículo da Rede Municipal de Educação de Teresina é compreendido como “processo dinâmico de ação-reflexão-ação na perspectiva de desenvolvimento e avaliação curricular”.

É destaque teórico que, “[...] Querendo ou não, uma proposta curricular comporta sempre um projeto social e cultural, uma visão do tipo de sociedade e de pessoa que se pretende com a escola” (COOL, 1987, p.30). Entretanto é preciso que a esta idéia se confronte com,

“Quando um novo currículo ou programa educacional é implementado, a expectativa é que sua eficácia aumente com a passagem do tempo. Os professores se tornem mais experientes e se ajustem aos novos programas ou métodos de ensino.



Os alunos podem também tomar consciência do que devem aprender com o novo currículo” (LEWY, 1979, p.165).

Entende-se que, a eficácia citada pelo autor só poderá ser aumentada, se os sujeitos (professores, alunos, gestores, pais, outros) realmente tomarem conhecimento da elaboração do currículo, das idéias defendidas, tornando-se co-participes da mesma, assim a implementação não será tomada como algo novo”, mas sim como uma “construção do coletivo escolar”.

Na categoria dos objetivos, percebeu-se que a escola trabalha com quadro de habilidades, e que para os professores a mudança se dá apenas em torno da nomenclatura, mas que as habilidades corresponderiam aos objetivos antes utilizados. Destaco parte dos depoimentos das professoras:

P.1. “Com relação aos objetivos, que apenas mudou de nome para habilidades, esses recebi da secretaria. Planejo de acordo com essas habilidades. Agora se são (atingidas) alcançadas ou não, deixa muito a desejar. Existem uma série de conseqüências por os alunos não alcançarem com exatidão essas habilidades, como falta de material, interesse, compromisso, indisciplina e acompanhamento por parte da família, acho que seja um dos fatores que mais contribui”.

P. 2. “Devemos trabalhar as habilidades, mas muitos objetivos deixam de ser alcançados, em parte acredito que pela falta de interesse do aluno, pelo pouco envolvimento da família no processo de aprendizagem do filho e também pela falta de iniciativa do professor, que já cansado por tantas atribuições e pouco tempo para planejar /pensar, acaba “caindo na mesmice”.

P. 3. “Contempla habilidades e colocá-las em prática muitas vezes é complicado, pois requer muita disposição e conhecimentos”.



A PC da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina apresenta uma concepção pedagógica progressista de educação, onde “o desenvolvimento em cada educando e em cada educador de uma atitude participativa de vida social, a construção de uma consciência de seu papel enquanto um sujeito que constrói historicamente a sociedade em que vive e que, possuem direitos e deveres de cidadania”, nesse sentido o desenvolvimento de habilidades intenciona tornar efetivos os potenciais operatórios dos seus alunos sobre a realidade.

A discussão que envolve objetivos /habilidades, tem sido motivo de estudo e controvérsias nos últimos anos. Os objetivos constituem referência aos resultados desejados, na opinião de Tyler (1950), segundo Lewy (1979), vai descrever educação como um processo que abrange três focos distintos: objetivo educacional, experiências de aprendizagem e exame dos resultados, desta forma, “[...] avaliar significa examinar se os objetivos educacionais desejados foram ou não alcançados” (TYLER, 1950, apud LEWY, 1979, p.11).

A presença dos objetivos educacionais não deixa de ter sua importância, mas não podem e nem devem constituir-se como fatores isolados para obtenção dos resultados desejados, é preciso atentar para

“[...] o dizer e o fazer, o que poderá explicar-se, quer pelas teorias implícitas do professor, quer pelo peso de algumas variáveis: as condições de exercício da função docente, a experiência profissional dos professores, o gênero e o grupo disciplinar” (ALVES, 2001, p.17).

As caracterizações se vistas sob o ponto de vista de Saul (1995), visará a um processo de descrição, análise (acompanhada da crítica) de uma realidade, [avaliação curricular], visando transformá-la, com essa pretensão a função social da escola seria de fato colocada em prática.



A metodologia escolar foi avaliada pelas professoras com o predomínio do uso de aulas expositivas e trabalhos em grupos, conforme pode ser observado nos depoimentos:

P. 1. “A metodologia na maior parte são aulas expositivas, trabalho de grupo, cartazes. A escola até que dispõe de alguns materiais didáticos, como jogos, vídeo, mas por falta de tempo para organizar esses recursos, falta de conhecimento ou pessoas capacitadas para ajudar [...] Tenho até vontade de usar coisas diferentes, mas por tanta indisciplina do aluno acabo atrelando o livro didático”.

P. 2. “A metodologia resume-se quase que totalmente a aulas expositivas, tendo como base o livro didático e com certeza alguns textos complementares, embora a escola disponha de outros recursos”.

P. 3. “A metodologia desenvolvida por parte dos professores varia muito, onde alguns utilizam aulas dialogadas, expositivas, pesquisas e trabalhos em grupos, ou seja, o professor possui o conhecimento, logo poderá utilizar diversos instrumentos para aperfeiçoar suas atividades”.

O currículo acontece em um sistema escolar concreto, dirige-se aos sujeitos a partir de determinados meios que definem na íntegra o que realmente será utilizado, dando-lhe “[...] o significado real. Daí que a única teoria possível que possa dar conta desses processos tenha de ser do tipo crítico, pondo em evidência as realidades que o condicionam” (SACRISTÁN, 2000, p. 21). Nessa perspectiva, Moreira e Candau (2006), sugerem que se explorem e se confrontem perspectivas, enfoques e intenções, assim podem vir à tona: propósitos, escolhas, disputas, relações de poder, repressões, silenciamentos, exclusões.

Observa-se na fala das professoras a necessidade de metodologias adequadas aos conteúdos trabalhados, mas não há



utilização dos recursos materiais (na opinião das mesmas) de maneira a diversificar as metodologias, mesmo a escola dispondo dos mesmos.

Na categoria de avaliação, as professoras manifestam sentir dificuldades, mostram descontentamento no que diz respeito a prática de avaliação externa.

P.1. “[...] sinto muitas dificuldades, os alunos que tenho apresentam diversos níveis de aprendizagem e a avaliação é feita para um só nível. Existem também as avaliações externas”.

P.2. “A escola adota o sistema de avaliação bimestral [...], os alunos passam também por outras avaliações de rede, que cobram conteúdos que o aluno não estudou, que eu discordo totalmente”.

P.3. “[...] o processo de avaliação em si é complicado, pois a cada dia novas regras são implantadas, onde o professor deve adequar-se ao órgão da Semec, isto é, a medida disponibiliza as provas e coloca os critérios avaliativos, ela não quer saber se vai haver algum problema ou não, aí entra o papel da escola, procurando através da coordenação e gestão, procurar um meio que possa ser concretizado para o período estabelecido pela secretaria”.

Diante do exposto, a pedagoga da escola apresenta o desenvolvimento do currículo como um processo complexo, que gera dificuldades para a maioria das escolas, daí surge a necessidade de flexibilizá-lo.

A avaliação como elemento significativo para o processo ensino-aprendizagem apresenta-se também como passível de indagações, permitindo o encontro de possíveis respostas para os contextos. Há ênfase nos depoimentos dos professores quanto a uma avaliação voltada para aplicação de provas, com destaque para avaliação externa aplicada pela secretaria. Nesse sentido a avaliação ainda não é percebida e /ou vivenciada



como “um processo e um projeto em que o avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa” (GADOTTI, 2002, p.10). Os resquícios de controle constituem-se ainda em práticas permeadas pela visão de poder.

### Avaliação Curricular – uma Prática Necessária ao Contexto Escolar

Apresenta-se o currículo como “[...] um ponto central de referência na melhoria da qualidade do ensino, na mudança das condições da prática, no aperfeiçoamento dos professores, na renovação da instituição escolar em geral e nos projetos de inovação dos centros escolares” (SACRISTÁN, 2000, p.32). Nesse sentido o currículo e a avaliação precisam e devem ser percebidos pelos atores sociais participantes do processo ensino-aprendizagem numa perspectiva integrada, pois será nesse espaço de condução de fatos e relações que importantes desafios às práticas poderão estar sendo vistas de forma intencional e, como perspectivas ao desenvolvimento de currículos que possam realmente contar com a participação consciente dos sujeitos.

A identificação, análise e avaliação de necessidades, segundo Rodrigues (1999), a requer a confrontação entre uma situação real existente e uma situação ideal, que é a expressão de um projeto (definido por referências a normas, objetivos e valores), inclui assim o controle, a recolha de informação, a análise e investigação (serve à avaliação na procura dos resultados observados nos alunos). Para Figari (1991a) apud Rodrigues (1999), a diferenciação entre investigação e avaliação são as práticas de construção de referentes e a própria natureza do referente, a primeira limita-se a um referente teórico explicativo, enquanto a segunda implicará um referente normativo axiológico. Diferem também quanto aos critérios, na avaliação esses são derivados dos respectivos objetivos, bem como na



opinião de Borietti (1995) apud Rodrigues (1999), do valor de utilidade relativamente às decisões a tomar com base na avaliação que derivam dos projetos de ação ou dos valores que orientam a ação servida pela avaliação, enquanto na investigação científica se reportam ao valor de verdade (da explicação dos fenômenos). Sendo assim, um programa pode não ser válido em si próprio, independente das necessidades que permitem dar respostas ou das populações que se apresentam.

Nesse sentido a investigação realizada permite a emissão de um juízo de valor conduzida a partir da análise dos dados colhidos, analisados e interpretados e, principalmente por constituir etapa de significância à avaliação curricular. Este juízo limita-se a dois aspectos: a necessidade de conhecimento do currículo desenvolvido pela escola, bem como, a viabilidade de realização da avaliação curricular.

Fica evidente a partir da investigação, e coloca-se como prioridade, o conhecimento do currículo da escola, pois há nos depoimentos uma preocupação constante com as habilidades a serem desenvolvidas. No entanto, existe um quê? Um por quê? Um como? Um para quê? Questionamentos que devem ser respondidos, visto que, as habilidades fazem parte do currículo escolar, mas, não podem ser vistas como “o currículo”. É preciso conhecer e compreender os contextos educacionais, as práticas e atuações curriculares, pois as estruturas de poder só podem ser abaladas, desestruturadas, se conhecidas e compreendidas. O exercício de autonomia se dá no processo de luta e de emancipação coletiva.

A realização da avaliação curricular passa nesse sentido a ser recomendada para o contexto educacional, visto possibilitar o conhecimento das práticas adotadas pela escola, porém, é preciso o envolvimento dos sujeitos no sentido de desenvolver a percepção destacada por Silva (2000) quando anuncia que o poder está em toda parte, sendo multiforme, mas os atores sociais podem em seus contextos [se o conhecem, se o avaliam],



descobrir, deduzir, que, “algumas formas de poder são visivelmente mais perigosas e ameaçadoras do que outras”. Faz-se mister afirmar que, o exercício de cidadania precisa acontecer nos espaços educacionais, ser exercido em sua plenitude, visto ser “a natureza das decisões e o seu efeito na vida das pessoas que determinará os cuidados a ter no processo educativo” (ALVES, 2001, p.11), sendo assim deve haver espaço que proporcione o desenvolvimento da avaliação curricular, viabilizando aos seus atores conhecer e traçar um percurso real do currículo a ser desenvolvido e compartilhado.

Expõe-se a seguir nota de apreciação de um avaliador externo, aspecto importante num trabalho desta natureza:

A pesquisa realizada pela professora ..... traz dados importantes sobre o currículo oficial expresso através das orientações da SEMEC e sua relação com as atividades curriculares desenvolvidas em uma Escola Municipal de Teresina - PI . Avaliar esse encontro trouxe elementos significativos para a análise do escrito e do realizado. Nos relatos de docentes e da pedagoga da escola observa-se, sobremaneira, as distâncias e os desencontros do currículo oficial e do “currículo real” vivido e experimentado pela escola.

O trabalho realizado contribuirá para a avaliação do currículo dessa escola e subsidiará a trabalho dos técnicos e professores da escola, bem como dos técnicos da Secretaria de Educação, sugiro, portanto, a publicação do estudo, a fim de que a pesquisa cumpra seu papel social e extrapole a mera constatação sobre a realidade.

Finalizo essa nota de apreciação, agradecendo a confiança e o respeito a mim dispensados para avaliação desse estudo e espero ter contribuído para sua qualificação.

Atenciosamente,

Prof.<sup>a</sup> .....

30 de agosto de 2007.



## Referências

- ALVES, Maria Palmira Carlos. *Currículo e Avaliação: uma perspectiva integrada*. Portugal: Porto Editora, 2001.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sara. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria dos métodos*. Tradução de Maria João Alvarez. Porto: Ed. Porto, 1994.
- CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antonio Flávio. *Currículo, conhecimento e cultura*. IN: MEC – SEB Reunião sobre concepção de currículo. Brasília, 29-06.2006.
- CARDOSO, A. *Em torno dos conceitos de currículo e desenvolvimento curricular*. Revista Portuguesa de Pedagogia, v. 21, p. 220-232, 1987.
- COOL, César. *Psicologia e Currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar*. 2ª ed. Tradução de Cláudia Schilling. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa: polêmicas do nosso tempo*. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.
- LAKATOS, Eva Mª; MARCONI, Marina de A. *Ciência e conhecimento científico*. In: *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEWY, Ariet (org). *Avaliação do currículo*. São Paulo: EPV, 1979.
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1996.
- RODRIGUES, Pedro. Avaliação Curricular. In: *Avaliação em Educação: novas perspectivas* (ESTRELA, Albano e NÓVOA, Antonio). Porto Alegre: Porto Editora, 1999.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAUL, Ana Mª. *Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teorias do Currículo: uma introdução crítica*. Portugal: Porto Editora, 2000.

## ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS AVALIATIVAS ADOTADAS NO CURSO DE TELECOMUNICAÇÕES PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA INTEGRADA Á MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)

Maria Lindalva Gomes Leal  
Maria Núbia Barbosa

## Introdução

Um fator que alicerçou a formulação deste estudo foi a minha trajetória na área da educação profissional. A experiência como técnica e docente atuando no setor pedagógico em uma instituição federal de formação profissional e tecnológica, me levou a investigar as concepções e as metodologias de avaliação da aprendizagem adotadas pelos docentes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) instituído pelo Decreto Federal nº 5.840, de 13 de julho de 2006, com o desejo de ampliar a discussão dos aspectos teóricos e metodológicos sobre a avaliação, especialmente, voltada para o campo da avaliação da aprendizagem do citado programa que é recente e pouco pesquisado no cenário educacional brasileiro.

Percebe-se que, falta a muitos educadores uma formação mais consistente, que lhes garanta melhor compreensão sobre as matrizes epistêmicas dos processos avaliativos adotados na sua prática docente. O conhecimento sobre as principais matrizes epistêmicas das teorias que fundamentam a sua ação docente poderá proporcionar um trabalho de qualidade, ao mesmo tempo em que propiciará a consciência da epistemologia que está subjacente à sua prática pedagógica.

Reportando-me a respeito da questão da avaliação da aprendizagem constato que a construção teórica desse campo,